

Fronteira de carbono europeia: barreira ou oportunidade?¹

Stella Sousa²

O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, na sigla em inglês) impõe, a partir do ano que vem, uma tarifa de carbono sobre a importação, pela União Europeia (UE), de produtos de setores intensivos em emissões de CO₂, como aço, alumínio, cimento e fertilizantes. O objetivo é evitar a fuga de carbono - ou seja, que as empresas do continente transferiram atividades a outras regiões com menos exigências ambientais - e, ao mesmo tempo, garantir a competitividade da indústria local frente a importados.

Algumas análises indicam que o impacto do mecanismo no Brasil pode ser limitado, uma vez que apenas 10% das nossas exportações de produtos cobertos pela medida são destinadas ao continente, conforme dados do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento. Há, no entanto, um fator crítico a se considerar: esse mecanismo de barreira comercial baseado em emissões de carbono não será o último. Países como Canadá e Reino Unido já estão articulando os seus. Se outros grandes parceiros comerciais do Brasil, como o Japão, no caso do alumínio, adotarem ferramentas semelhantes, o impacto pode ser muito mais significativo.

Nesse cenário, um engajamento estratégico do Brasil junto à UE pode proporcionar vantagens competitivas relevantes para a nossa indústria. O principal desafio é garantir a inclusão das emissões do escopo 2 - ou seja, relativas às emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade na cadeia produtiva - para todos os produtos contemplados no mecanismo e o reconhecimento de soluções baseadas em carbono biogênico na contabilização de emissões. Para tanto, além do convencimento dos europeus quanto à qualidade das rotas biogênicas de descarbonização típicas do Brasil, é fundamental que a regulação do recentemente aprovado Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) contemple uma harmonização com as regras europeias, além de estratégias complementares para valorizar nossos créditos no mercado.

O CBAM estabelece que, para evitar a dupla tributação, importadores de produtos provenientes de países com sistemas de precificação de carbono possam deduzir esse valor da taxa europeia. Assim, o SBCE deve ser crucial para preservar a competitividade dos produtos brasileiros na Europa. No entanto, para que isso ocorra, a UE precisa reconhecer nosso sistema de precificação como elegível, daí a importância da compatibilidade entre os sistemas.

Além disso, mesmo com essa compensação parcial do valor, é improvável que o preço do carbono brasileiro fique próximo dos níveis do mercado europeu. Portanto, é essencial explorar estratégias complementares, como o desenvolvimento de um framework estruturado para a venda de créditos, aproveitando os mecanismos previstos no Artigo 6 do Acordo de Paris, como a interoperabilidade entre os mercados regulados

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaocoluna/fronteira-de-carbono-europeia-barreira-ou-oportunidade.ghtml>

Acessado em 23.04.2025

² Especialista em Transição Energética do Instituto E+ Transição Energética.

e voluntários, e incorporação de ITMOs (Internationally Transferred Mitigation Outcomes).

A nossa matriz elétrica é um trunfo: enquanto grandes economias projetam alcançar em 2050 o que já temos hoje em termos de participação de fontes renováveis, podemos transformar essa vantagem em diferencial competitivo. No setor do alumínio, por exemplo, a contabilização do escopo 2 pode mudar nosso posicionamento global, convertendo-nos de um competidor com alta pegada de carbono para um dos mais limpos do mundo.

Além de possibilidades em termos de eletrificação da produção - graças justamente à qualidade da matriz -, o Brasil pode produzir energéticos sustentáveis para a indústria, como biometano, biomassa e carvão vegetal. Mas, para que esses recursos se traduzam em vantagem real, é fundamental que o abatimento de carbono ao longo de sua produção seja devidamente reconhecido na contabilidade de emissões. Ignorar esse ciclo de vida seria desconsiderar soluções não eurocentradas e comprometer o princípio de uma transição energética verdadeiramente justa.

Outro ponto essencial é que o CBAM deve funcionar como um catalisador da transição energética e da descarbonização industrial mundial, uma vez que a adaptação ao mecanismo, reduzindo a pegada de carbono, será essencial para os países manterem a competitividade a sua produção nos mercados internacionais.

Estamos vivendo um momento único no mundo, em que as cadeias produtivas estão sendo reorganizadas, transformadas e até mesmo criadas. Em termos de desenvolvimento industrial, há muitas décadas o país não enfrentava uma janela de oportunidade tão promissora. Esta é a chance de acelerar a reindustrialização nacional, combinando a energia limpa com as demais qualidades brasileiras - em termos de logística, universidades, finanças, por exemplo - para atrair investimentos produtivos e utilizar a transição energética como um meio para impulsionar a indústria brasileira a um novo patamar de maior adensamento das cadeias produtivas e aumento do valor agregado da produção e das exportações.

Mas para garantir que esses investimentos façam sentido o Brasil precisa criar seu próprio CBAM. Caso contrário, corre o risco de se tornar o destino de produtos mais poluentes que perderam espaço na Europa, comprometendo a competitividade da indústria doméstica. A regulamentação do SBCE pode endereçar essa questão, ainda que, tradicionalmente, esse tipo de controle em geral possa surgir apenas em mercados de carbono mais maduros. Independentemente disso, é mandatório que enfrentamos essa complexidade desde já: esperar cinco anos para o SBCE se estabelecer e depois pensar em um CBAM nacional pode sangrar a nossa indústria.

O momento atual é uma oportunidade para fortalecer a indústria brasileira, impulsionando a transição energética como um meio em favor de um desenvolvimento econômico mais sustentável do país num cenário em que o mercado de baixo carbono já é uma realidade. A grande questão agora é: o Brasil está realmente preparado para atuar entre os protagonistas dessa transformação - aproveitando-a em favor do seu próprio desenvolvimento -, ou será apenas um espectador da nova economia global? Uma resposta positiva para essa questão exige agilidade para garantir que as soluções tipicamente brasileiras sejam consideradas nas regras europeias, garantir a harmonização do SBCE em relação a elas e estruturar um CBAM nacional.